

ASSEMBLEIA NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA

Em Defesa da Previdência e Contra o Fim da Aposentadoria

20 de fevereiro de 2019

A Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora em defesa da previdência e contra o fim da aposentadoria, convocada pelas Centrais Sindicais brasileiras e realizada na Praça da Sé, São Paulo / SP, em 20 de fevereiro de 2019, ao considerar que:

- a CPI da Previdência Social mostrou que a Previdência Social brasileira vem sendo espoliada há décadas: grandes empresas e conglomerados econômicos - inclusive empresas estatais e grandes bancos - devem cerca de 450 bilhões de reais; o desmonte no sistema de fiscalização favorece a existência de milhares de sonegadores; cerca de 300 bilhões de reais por ano deixam de entrar nos cofres da Previdência, em função de políticas de desoneração tributária, inclusive os 150 bilhões da folha de pagamento; outros tantos 110 bilhões de reais são retirados anualmente da Previdência Social graças à Desvinculação das Receitas da União (DRU), medida que, excluída das receitas da Previdência Social, por si só, acabaria com o falso propalado déficit da Previdência;;
- os benefícios pagos pela Previdência Social, principalmente as aposentadorias e pensões, são os principais rendimentos que mantêm milhões de famílias brasileiras, viabilizam os negócios dos pequenos estabelecimentos comerciais e de serviços e o funcionamento de milhares de municípios do interior do país;
- um sistema de seguridade e previdência social deve garantir proteção a todos os trabalhadores e trabalhadoras, com regras igualitárias e justas, pública, sustentável no longo prazo, com gestão transparente e com controle social, para prover os direitos dos atuais trabalhadores e trabalhadoras, aposentados e aposentadas e pensionistas e também das futuras gerações, dos jovens que doravante ingressarão no mercado de trabalho;

Delibera que:

1. defender o sistema público de seguridade e previdência social é a prioridade máxima da ação sindical unitária face às ameaças de corte de direitos, privatizações e outras mazelas oriundas de importantes setores políticos e econômicos, especialmente do sistema financeiro;
2. o corte de direitos e benefícios, inclusive a desvinculação do piso previdenciário do salário mínimo, que são diariamente cogitados pelo governo, pela mídia e por setores políticos, deve ser encarado como um ataque à sociedade;
3. cabe ao movimento dos trabalhadores e a suas entidades (centrais, confederações, federações e sindicatos) construir uma ampla frente para derrotar nas ruas, na sociedade civil organizada e no Congresso Nacional as propostas de reforma;
4. faremos um amplo chamamento a todos os setores democráticos da sociedade brasileira, às igrejas e suas mais diferentes confissões, aos estudantes, aos movimentos sociais, às organizações sociais nos bairros e periferias, aos profissionais liberais, aos prefeitos e vereadores, aos deputados e senadores, aos partidos políticos preocupados com os direitos sociais e populares a cerrarem fileiras em defesa da Previdência Social Pública e contra o fim da aposentadoria.
5. ampliaremos a atuação sindical no espaço institucional do Congresso Nacional, intensificando a interlocução com os parlamentares e com a Frente Parlamentar de Defesa da Previdência Social.
6. os sindicatos e demais organizações devem promover debates e mobilização dos trabalhadores e esclarecer, por meio de divulgação ampla e inovadora, questões relativas à aposentadoria, previdência e seguridade social.
7. é fundamental avançar na unidade de ação do movimento sindical, estabelecendo um calendário de lutas em defesa da Previdência Pública e contra o fim das aposentadorias, mobilizações que devem ter como foco a luta de massas nos locais de trabalho, nos bairros e municípios e em grandes atividades unitárias promovidas pelas centrais sindicais em todos os capitais dos estados.
8. na convocação de grandes atos unitários, destacaremos a defesa da Previdência Social pública, como no 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, e no 1º de Maio, Dia do Trabalhador.
9. realizar um dia nacional de lutas e mobilizações em defesa da Previdência Social Pública e contra o fim da aposentadoria, em data a ser estabelecida pelas Centrais Sindicais, como parte da Jornada Nacional de Lutas em defesa da Seguridade e a Previdência Social.